

O IFCS na minha formação

TERESA CRISTINA DE NOVAES MARQUES*

Na segunda metade dos anos 1980, frequentei os corredores do IFSS quando o prédio ainda rescendia a Escola Politécnica. As amplas salas de aula eram bem ventiladas, mas o isolamento acústico, exatamente por conta da dimensão do espaço, deixava a desejar. O que não conseguíamos acompanhar nas aulas que os professores pronunciavam, compensávamos em conversas no corredor e recorrendo à biblioteca da unidade ou à Biblioteca Nacional. Não havia o café, nem o jardim; amenidades acrescentadas muito depois.

As mesas onde os professores apoiavam anotações eram de madeira maciça, do tipo que não se vê mais em lugar algum. Na verdade, eram bancadas de laboratório onde outrora os mestres da Politécnica demonstravam reações químicas, imagino. Recursos didáticos eram luxos inexistentes. Alguns professores mais cuidadosos com a preparação das aulas traziam mapas para que pudéssemos acompanhar a migração dos povos bárbaros pelo continente europeu, ou coisa semelhante. Não se falava em história de África e mesmo a história da escravidão recebia pouca atenção.

Formei-me em 1988, sem pompa. Os alunos de História que colaram grau naquele ano não somavam 10. Quanta gente deixara o curso!

Fui trabalhar com outras coisas e só em 1996 decidi voltar ao IFCS. Lá estava eu no Mestrado, quase uma extraterrestre na minha antiga casa. Eu, que recebera formação com forte registro marxista, vi-me diante de outras referências teóricas. Meus colegas de pós falavam com intimidade de nomes como Chartier e Bourdieu. Eu brincava com eles: não tem também o Fourriê e o Pouquiê? Não tinha.

Neste ambiente intelectual renovado e ainda estranho, corri para me adaptar. Inscrevi-me em um curso sobre memória e história, oferecido pela professora Marieta Ferreira, que era minha orientadora. O curso nos propunha pensar sobre a pretensa objetividade da escrita da História diante da admitida subjetividade da Memória e seus percursos. Tudo para que pudéssemos lançar mão da história oral como recurso informativo e fôssemos capazes de (re)inserir os indivíduos nas narrativas historiográficas.

* Professora adjunta da Universidade de Brasília, coordenadora do projeto “Museu Virtual Bertha Lutz”, apoiado pelo CNPq

O tema não é fácil e ainda hoje suscita debate. Aliás, cada vez mais os historiadores da contemporaneidade são obrigados a refletir sobre a forma como se constitui, preserva-se e se dissipa a memória. Isso porque as sociedades carregam traumas que levam à constituição de memórias individuais e esquecimentos coletivos. Também porque os indivíduos desejam lembrar seus feitos para não os verem esquecidos, ou porque os indivíduos são os guardiões da memória de instituições e os historiadores precisam conversar com eles para conhecerem as entrelinhas das decisões, ou das relações de poder. Motivos não faltam, enfim.

Seguramente, a experiência dos cursos do Mestrado foi decisiva na minha formação profissional. O doutorado pesou menos. Nos anos seguintes, ganhei a vida com o que aprendi nesses cursos e, até hoje, eles me são úteis.

Após muitas reviravoltas temáticas, decidi retornar a um assunto que examinei pela primeira vez entre 1998 e 2000. Paralelamente à história do crédito e da industrialização, sempre tive admiração pelo ativismo feminista no Brasil. Se há um assunto que me inquieta, busco saber mais sobre ele.

Minha percepção sobre a história dos feminismos no Brasil mudou e nem poderia ser diferente. Hoje vejo que os feminismos são mergulhados em memórias, tanto as voluntárias, quanto as provocadas. Observo ativistas que registram os seus feitos para o futuro, escrevem livros de memórias, deixam-se biografar. Entidades zelam pelo registro de suas decisões, imagens e documentos, e frequentemente elaboram narrativas próprias sobre o seu passado. Entrevistadores se sentam com ativistas para conhecer e registrar a sua memória. Ativistas recentemente admitidas ao círculo das veteranas se submetem ao rito de passagem de ouvir as mais antigas e começar a se interar das questões importantes para a mulher, ou mesmo, começar a partilhar a empatia umas pelas outras. Começam, assim, a se reconhecer como feministas, a construir uma identidade política.

A invisibilidade da mulher na historiografia, uma queixa constante das feministas, é combatida com a profusão de registros, de narrativas, de celebrações festivas. Promovem-se dias de memória e publicações comemorativas. Se a historiografia convencional e masculina dá pouca importância e espaço para as manifestações de mulheres, ativistas respondem com obras sobre a história do feminismo e a das mulheres.

Tudo isso me faz pensar, hoje, que os procedimentos de lembrança não são acidentes na experiência dos feminismos, porém, são parte constitutiva da identidade dos grupos. Acho importante considerar isso porque a própria ideia de feminismo muda conforme a experiência

de cada grupo. Daí surgir a inevitável profusão de memórias, fruto da riqueza das experiências.

Não fosse o meu retorno ao IFCS, certamente estaria escrevendo sobre o modo como o sistema capitalista oprime as mulheres, ou coisa assim. Não significa que a vida da imensa maioria das mulheres tivesse sido tranquila na maior parte do tempo, bem ao contrário. Apenas, que o assunto pode e deve ser trabalhado com mais sutileza e compreensão da diversidade das expressões do feminino. Vozes que se manifestam a partir de lembranças, registros, biografias. Elementos indispensáveis para a escrita renovada da história dos feminismos no Brasil.